

RÉFLEXIONS OECUMÉNIQUES MISES  
À LA PORTÉE DE TOUS<sup>1</sup>

*Elias Zoghby*

---

A renovação do ministério papal é um desejo e uma necessidade. Há mais de trinta anos, escrevia o teólogo protestante Jean-Jacques von Allmen: “O problema eclesiológico e ecumênico não é, pois, ‘um papa ou ausência de papa’, mas ‘que papa e para qual Igreja?’ Por razões que derivam, estou disto convencido, da obediência ao testemunho escriturístico, dever-se-á, com efeito, reconhecer e integrar, na estrutura da Igreja que se recompuser na unidade, um ministério de primado, como sendo um dos elementos constitutivos dessa estrutura”<sup>2</sup>. A base bíblica, o sentido teológico e a necessidade pastoral de um ministério petrino na Igreja é uma questão posta para as diversas tradições do cristianismo. Para a Igreja Católica, esse ministério é exercido pelo bispo de Roma. Trata-se de um dado seguro, embora existam muitos elementos a ser aprofundados e esclarecidos no âmbito da teologia e da pastoral.

LEVANTA-SE UMA VOZ

Elias Zoghby exerceu o ministério de arcebispo greco-melquita católico até 1988, quando se tornou emérito. Egípcio de nascimento, dedicou sua vida à Igreja do Oriente. Fez intervenções corajosas no Vaticano II. Lutou em favor do ecumenismo entre a Igreja Católica e as Igrejas Ortodoxas. Escreveu uma dezena de livros de espiritualidade e de outros campos.

Tendo como pano de fundo as tensões e conflitos presentes na história das relações entre as duas grandes tradições - oriental e ocidental - no interior do cristianismo, escreveu uma pequena brochura onde aborda temas de inte-

---

<sup>1</sup> Elias Zoghby, *Réflexions oecuméniques mises à la portée de tous*, Liban, 1998

<sup>2</sup> Jean-Jacques von Allmen, Ministério papal, ministério de unidade, *Concilium* 108, 1975, 970

resse, entre eles o primado do bispo de Roma e suas relações com o Oriente. Levanta-se, pois, a voz de um bispo do rito oriental, próximo dos ortodoxos. Oferece-nos não um tratado de eclesiologia destinado a estudiosos e especialistas, mas um opúsculo ao alcance do cristão comum. Parte não de uma pesquisa acadêmica, mas da preocupação e do sofrimento com a divisão da Igreja.

*Depois de tantos séculos de divisões absurdas e diante das lentidões exasperantes do processo de unidade e a desorientação do Povo de Deus, disperso pela falta de seus pastores, o Cristo não pode dirigir a esses últimos esta queixa, merecida outrora pelos judeus de coração endurecido: 'Até quando vou suportar-vos?' (Mt 17,17)<sup>3</sup>.*

Entramos assim em contato com um outro ponto de vista, diferente do ponto de vista romano, com o qual estamos habituados. O ponto de vista de alguém que vive uma espécie de dupla pertença: à tradição oriental e à comunhão católico-romana.

#### IGREJA SERVIDORA E POBRE

O tema de uma Igreja servidora e pobre foi levantado por ocasião do Vaticano II e posteriormente muito desenvolvido na Igreja da América Latina. Zoghby o retoma dando-lhe um enfoque mais ecumênico. Para ele somente uma Igreja servidora e pobre, será uma Igreja unida. Reconhece a necessidade de organização e administração na Igreja, insistindo, porém que o governo da Igreja deve pautar-se pelo serviço e inspirar-se nas virtudes evangélicas da humildade e da caridade (cf. Mt 20,25-28), e não nos métodos seguidos pelo Estado e pelas instituições temporais. Não foi este, porém, o caminho seguido pela Igreja na história, em particular nas relações entre Igreja do Oriente e Igreja do Ocidente. Alguns passos vêm sendo dados na direção de relações inspiradas no evangelho, mas ainda há muito a ser feito e os passos seguem em ritmo lento.

Um dos passos decisivos a ser dados nesse processo consiste no reconhecimento pelo Vaticano da autonomia das Igrejas orientais unidas à comunhão católico-romana. O que significa deixar de tratá-las como Igrejas subordinadas, apresentando, assim, às Igrejas Ortodoxas caminhos capazes de conduzir à unidade.

---

<sup>3</sup> Elias Zoghby, *Réflexions...*, 9

## COMUNHÃO DAS IGREJAS, COMUNHÃO DE TESTEMUNHO

A Igreja é essencialmente um testemunho de fé em Jesus Cristo morto e ressuscitado. O testemunho designa a razão de ser da Igreja. É no testemunho que se realiza a comunhão.

Um estilo de vida pode exprimir a fé de maneira mais penetrante do que uma fórmula de fé, mesmo oficialmente reconhecida<sup>4</sup>. Convém recordar que no começo a fé cristã era apresentada como “o Caminho” (At 9,2; 18,26; 24,14). Percorrendo-o, a pessoa vivenciava um processo de mudança na maneira de ver, nas atitudes, no comportamento. Esse processo é o lugar de inteligência da fé<sup>5</sup>. É no amor que se descobre o que está encerrado na fé<sup>6</sup>.

Relacionando isto com o primado do papa, deve-se ter presente que, para além do exercício de uma *potestas*, o primado tem muito mais a ver com o testemunho do evangelho. No cumprimento da missão peculiar a que é chamado na Igreja, o papa tem como tarefa primeira dar testemunho da verdade evangélica, verdade que antes de exprimir-se em uma doutrina, é alguém: Jesus Cristo (cf. Jo 14,6). É fundamentalmente na condição de testemunha de Jesus Cristo que o papa se dirige aos fiéis católicos, assim como à maioria da humanidade, que não reconhece sua *potestas*, mas não deixa de estar atenta a seu testemunho. Da cristandade medieval até hoje, a *potestas* papal vem diminuindo sempre mais em relação ao mundo e às instituições temporais, ao passo que seu testemunho se faz cada vez mais necessário no mundo em que nos encontramos, mundo de modo algum pior do que o mundo medieval, embora muito diferente dele e portador de novos desafios para os discípulos de Jesus<sup>7</sup>.

Embora os diálogos doutrinários sejam necessários, a comunhão das Igrejas avançará na medida em que todas estiverem conscientes de que estão “no Caminho”, nele avançarem e o papa, por sua vez, se fizer fiel ao papel que lhe cabe nesse processo.

## PRIMADO E COLEGIALIDADE

A doutrina da colegialidade episcopal é uma das marcas do Vaticano II que, dessa maneira, completou o Vaticano I em sua doutrina do primado papal.

<sup>4</sup> Cf. Elias Zoghby, *Reflexions...*, 27-29

<sup>5</sup> Cf. Jacques Dupont, *Por que parábolas? O método parabólico de Jesus*, Vozes, Petrópolis, 1980, 79-80

<sup>6</sup> Cf. São João da Cruz, *Cântico Espiritual*, em: *Obras completas*, Vozes, Petrópolis, 2002, 599

<sup>7</sup> Cf. Márcio Fabri dos Anjos (org.), *Bispos para a esperança do mundo*, Paulinas, São Paulo, 2000, 191-193

Até agora, no entanto, a colegialidade não se efetivou na vida da Igreja. Aqui estão alguns indícios: a crescente diminuição da autoridade das conferências episcopais, bem como o caráter meramente consultivo do sínodo dos bispos que periodicamente se reúne em Roma. Dizia alguém que, durante o sínodo, bispos do mundo inteiro refletem e discutem durante semanas, e o resultado de todo esse trabalho não passa de um rascunho a ser usado pelo papa como bem entender. Justiça seja feita, às vezes esse uso resulta em um documento de grande valia. É o caso da *exortação apostólica Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI. Mas isto nem sempre acontece.

Para ser um autêntico exercício da colegialidade, o sínodo dos bispos devia dispor de autoridade. Aqui se põem dúvidas a serem respondidas, mas o princípio da autoridade do sínodo constitui premissa essencial. Por essa razão, o sínodo não pode ficar limitado à condição de organismo de consulta nem o resultado de seus trabalhos pode ser reduzido a simples rascunho.

Um terceiro exemplo a comprovar a não efetivação da colegialidade reside no seguinte: documentos resultantes do exercício da colegialidade pelo episcopado de um país ou de todo um continente precisam ser aprovados no Vaticano. Ninguém duvida da necessidade de uma permanente e ampla inter-relação entre as Igrejas locais e o governo central da Igreja, inclusive no que tange aos documentos produzidos por elas. É, pois, inevitável que as instâncias vaticanas desejem modificações nos textos, dada a perspectiva a partir da qual os lêem. Tais modificações, porém, deveriam ser discutidas e não simplesmente impostas como um fato consumado.

No decorrer do segundo milênio, o exercício do primado seguiu uma direção discutível sob vários aspectos, assumindo uma postura por demais centralizadora e autoritária no exercício da caridade em vista da unidade na diversidade. A perda de importância do concílio ecumênico, sua convocação cada vez mais rareada, o excessivo controle sobre os bispos são indícios desse fato. Se essa situação provoca tensões na Igreja do Ocidente, as tensões se agravam na Igreja do Oriente com o acréscimo de novos focos de tensão<sup>8</sup>. Compreendemos assim o veemente e comovente apelo de João Paulo II dirigido aos responsáveis eclesiais e aos teólogos para um diálogo fraterno em vista de um exercício do primado na situação nova que emerge<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. Elias Zoghby, *Réflexions...*, 56-61

<sup>9</sup> João Paulo II, Carta encíclica *Ut unum sint*, 88-97

## OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

O livro do bispo Zoghby põe questões pertinentes para o presente e para o futuro da Igreja. Sua perspectiva é a de um cristão da tradição oriental. Mas as questões postas por ele são comuns, embora possuam nuances próprias de acordo com as diferentes situações locais. Foi assim que retomei algumas de suas questões. Outras foram deixadas de lado malgrado sua relevância. O contato com cristãos de fé adulta, espírito crítico, confiança na palavra de Deus e amor à Igreja é sempre uma experiência enriquecedora.

*Antonio Alves de Melo*

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, Itália  
Professor de Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI (IFITEPS), Nova Iguaçu, RJ

*Recebido e aprovado em 10/05/2010*